

O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI: POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO

THE HEGEMONY CONCEPT IN GRAMSCI: POSSIBILITIES OF UNDERSTANDING FROM EDUCATION

EL CONCEPTO DE HEGEMONÍA EN GRAMSCI: POSIBILIDADES DE ENTENDIMIENTO DE LA EDUCACIÓN

Geraldo Coelho de OLIVEIRA JÚNIOR¹

Resumo: Esse artigo objetiva apresentar como o pensador Antonio Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia ao longo de suas principais obras, publicadas no Brasil com os títulos de *Cadernos do Cárcere*, *Cartas do Cárcere* e *Escritos Políticos*². Analisa-se o conceito buscando sintetizar como o autor desenvolve essa categoria em sua intencionalidade histórica.

Palavras Chaves: hegemonia, Gramsci, estado, educação.

INTRODUÇÃO

Antonio Gramsci (1891–1937) foi um filósofo italiano, político, crítico literário e linguista, fundador e militante do Partido Comunista Italiano (PCI) e um dos pensadores marxistas mais importantes do século XX. Formulou uma vasta teoria de interpretação do sistema capitalista a partir do Estado, bem como uma visão revolucionária própria. Viveu o período da Primeira Guerra mundial e suas consequências para a Itália, vivenciando as transformações do capitalismo³ que são sentidas durante sua militância política e influenciou decisivamente em seus escritos.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), Servidor do Ministério da Educação (MEC). Brasília, Goiânia, Brasil. Email: geraldocoelho@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9515-3218>

² Os *Escritos Políticos* abrangem o período anterior ao cárcere, publicados e reunidos no Brasil em dois volumes, editados pela Editora Civilização Brasileira. Conforme nos evidencia Coutinho (2004, p. 12, no prefácio da obra Gramsci (2004): “Os textos gramscianos produzidos até 1926 são, em sua maioria, artigos relativamente breves, publicados quase sempre em jornais e revistas ligados primeiro ao Partido Socialista (PSI) e depois ao Partido Comunista (PCI). Neles são abordados, sobretudo, temas de atualidade política”.

³ O modo de produção capitalista consolidado como sistema mundial e permeado pelo Imperialismo a partir do final do século XIX, superando sua fase concorrencial.

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2020.v21n2.p159-174>

Esse trabalho propõe analisar o conceito de hegemonia em sua relação com o Estado, abordada em boa parte da obra do autor, mas concentrada nos escritos do *Caderno 13* (GRAMSCI, 2007a). Essa categoria está no centro das elaborações do filósofo Antonio Gramsci, um dos pensadores que interpreta a centralidade da ação política para a compreensão do capitalismo no século XX. Pela sua trajetória, sintetiza ao mesmo tempo uma contextualização histórica do método materialista histórico-dialético e o atualiza para a realidade do seu tempo.

É um autor que impõe um desafio adicional, pois sua história não lhe permitiu uma escrita acadêmica concisa. Seu trabalho de maior referência, e aqui utilizado, *Cadernos do Cárcere*⁴, foi elaborado em condições extremamente adversas, com Gramsci encarcerado e vivendo em condições de saúde precárias. Portanto, essa obra não traz suas categorias elencadas de forma precisa e orientada, elas vão sendo forjadas ao longo dos temas desenvolvidos pelo autor e inseridas nos escritos de forma dispersa, e a elaboração teórica foi realizada em condições profundamente hostis e difíceis.

Gramsci, preso político do regime fascista italiano a partir de 1926, não se dobra diante das adversidades de prisões insalubres, condições de saúde adversas, acesso restrito a tratamento médico, restrições de consultas a livros, revistas e periódicos que o subsidiariam em seus estudos, dificuldades de contato e distância da família, contrariedades de diálogo com o Partido Comunista Italiano (PCI). Essas adversidades não foram suficientes para desencorajá-lo a escrever os *Cadernos e as Cartas do Cárcere*⁵, trabalhos estes que têm suas primeiras pretensões apresentadas em Carta⁶ ainda em março de 1927 no início da sua prisão.

Os *Cadernos do Cárcere* representam um esforço de Gramsci para realizar uma síntese analítica do seu pensamento. Inicia suas redações em fevereiro de 1929 e até 1931 foi o período de maior produção do autor, mas até o final de 1933 mantém uma elaboração teórica ainda pujante, período em que redigiu os escritos mais importantes para a compreensão de sua obra. A partir daí há um declínio em seus escritos que está relacionado ao quadro geral da sua saúde, que alterna momentos de melhora e piora, e à medida que o tempo passa, o autor perde a cada dia sua capacidade física e mesmo intelectual para manter-se ativo no trabalho proposto. A partir de 1935 praticamente cessa sua produção acadêmica.

⁴ Para esse artigo utilizam-se os livros publicados pela Editora Civilização Brasileira, estruturados a partir de 06 volumes com tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho.

⁵ As *Cartas do Cárcere* são publicadas no Brasil em dois volumes pela Editora Civilização Brasileira, conforme explica Coutinho (2005, p. 9) no prefácio da obra Gramsci (2005), “[...] cadernos e cartas tinham conexões profundas, do ponto de vista da forma mental dialógica do autor, com o modo de ser e de agir no período pré-carcerário”.

⁶ As *Cartas do Cárcere*, publicadas no Brasil pela editora Civilização Brasileira, são um conjunto de cartas de Gramsci, enviadas a família, sobretudo, mas também por vezes a outros destinatários do círculo do autor, que foram sendo forjadas no período do cárcere. Essa publicação não esgota o conjunto das cartas enviadas. Representam somente uma sistematização que buscava subsidiar o período histórico de produção dos *Cadernos do Cárcere*, contextualizando o cotidiano do remetente.

Esse conjunto elaborado de trabalhos realizado no Cárcere não permitiu ao autor vislumbrar exatamente os caminhos que seus escritos iriam percorrer: se encaminhariam para tornar-se uma contribuição para o debate em torno do marxismo; se ao menos seriam compreendidos pelos seus interlocutores e mesmo se poderia haver extravio, destruição ou confisco dado a lógica fascista de controle e repressão sobre ele.

Nada disso estava definido quando da sua morte em 27 de abril de 1937, e deixou seu conjunto de escritos sem saber que esses trabalhos teriam os desdobramentos que tiveram. Os Cadernos do Cárcere permitiram um avanço epistemológico para o marxismo, sobretudo na compreensão da superestrutura e seu papel de produção dos mecanismos de dominação do capital sobre o trabalho.

A obra de Gramsci continua viva, coerente e atual, nesse sentido, escrever sobre as categorias analíticas desse autor é sempre um desafio, ainda mais quando se busca compreender o conceito de hegemonia, que é parte integrante de um conjunto sistematizado de categorias que o permitiram elaborar, ao longo do seu trabalho, uma interpretação do sistema capitalista e estabelecer os meios de sua superação. Essa formulação, portanto, se estabelece como um conceito que se junta à base de referências para a compreensão do conjunto dos escritos que se consolidaram nos *Cadernos do Cárcere* e tinham como finalidade propor uma nova sociabilidade humana.

1. O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

O conceito de hegemonia é encontrado e utilizado por Gramsci ao longo dos seus escritos no cárcere, sem, contudo, ter sido estabelecida uma elaboração imediata. Constituiu-se ao longo dos escritos, não sendo possível defini-lo sem que se tenha claro o arcabouço de outras categorias necessárias a sua compreensão integral.

O conceito de hegemonia, tal qual foi construído pelo autor ao longo de sua obra, tem sua origem em Lenin⁷, que o definiu para expressar uma aplicação da ação revolucionária estabelecida a partir do materialismo histórico-dialético formulado por Marx, o que Gramsci (1999, p. 242) chama de “ciência-ação”. Realiza assim um desenvolvimento teórico que encontra sua práxis em outro momento histórico.

O conceito de hegemonia começa a ser esboçado por Gramsci (1999) inicialmente no *Caderno 11*, quando analisa parte do materialismo histórico-dialético, identificado como a Filosofia da Práxis. Nesse momento, delinea-se o conceito a partir da consciência política, que ele chama de hegemonia, ainda vinculado à construção do senso comum a partir de ligações religiosas e populares. Nesse Caderno não fica clara a sua vinculação com a estrutura filosófica dos intelectuais, ou seja, o conceito ainda estava em construção e não abrangia toda a interpretação do sistema capitalista.

⁷ Vladimir Ilych Lenin (1870–1924), teórico marxista, líder da Revolução Russa de 1917 e uma das influências filosóficas de maior relevância de Gramsci.

A partir do *Caderno 12*, Gramsci (2001) já tem bem estruturado o que ele chama de hegemonia, quando trata da função dos intelectuais e estabelece um conceito que aprimora no *Caderno 13* (GRAMSCI, 2007a), no qual estão os escritos mais relevantes para este entendimento, sendo fundamentada conceitualmente na sua relação com outras categorias. Portanto, a dimensão que tem a hegemonia, para o autor, depara-se com um complexo de análises que culmina na compreensão da ação dialética da sociedade civil e sociedade política que será elemento essencial para a concepção da categoria.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2007a, p. 21)

O *Caderno 13* (GRAMSCI, 2007a) possui uma elaboração que pressupõe a hegemonia prioritariamente no campo superestrutural exercido a partir de uma gradação de funções de direção a ponto de descer até aos grupos sociais subalternos como liderança e coerção. Enfim, se estabelece nesse processo a importância dos intelectuais como ponto de inflexão desse conceito, há uma necessidade tácita de instrumentalização do sistema capitalista e sua ideologia, que necessita de sujeitos capazes de sua operacionalização formal, seja pelo convencimento ou pela hierarquização social para o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Nesse sentido, o autor elabora uma análise teórica e crítica do processo de hegemonia em uma sociedade de classes, examinando o capitalismo e sua expansão, demonstrando que para a sua reprodução, ocorre superestruturalmente o processo hegemônico. Retoma essas análises novamente nos *Cadernos 19 e 25* (GRAMSCI, 2002a), o que a coloca como uma das categorias mais complexas formuladas pelo autor.

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (GRAMSCI, 2007a, p. 244)

No *caderno 13* (GRAMSCI, 2007a), Gramsci elabora um conjunto de reflexões sobre a política, não algo teoricamente determinado a priori, mas fruto de uma identidade reflexiva a partir do estudo crítico do livro *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel. Aí se

encontram os elementos que vão amalgamar o conceito de hegemonia e dar sustentação a essa categoria no sentido do entendimento das relações entre Estado e Sociedade Civil no âmbito do seu estudo.

A questão inicial a ser posta e resolvida num trabalho sobre Maquiavel é a questão da política como ciência autônoma, isto é, do lugar que a ciência política ocupa, ou deve ocupar, numa concepção sistemática (coerente e consequente) do mundo. [...] Numa filosofia da práxis, a distinção certamente não será entre os momentos do Espírito absoluto, mas entre os graus da superestrutura; tratar-se-á, portanto, de estabelecer a posição dialética da atividade política (e da ciência correspondente) enquanto determinado grau superestrutural: poder-se-á dizer, como primeira referência e aproximação, que a atividade política é precisamente o primeiro momento ou primeiro grau, o momento no qual a superestrutura esta ainda na fase imediata de mera afirmação voluntária, indistinta e elementar. (GRAMSCI, 2007a, p. 26).

A política como instrumento de organização do Estado é categoria central para Gramsci e, a partir dela, vai se desenvolvendo os demais conceitos do seu método de análise, incluindo a hegemonia. Nesse sentido, política e Estado estão intrinsecamente ordenadas e vinculadas, compondo uma totalidade que o autor reforça em sua obra. Nesse sentido, concebe que a produção e reprodução da vida material estão subsumidas nas relações sociais tendo a política como elemento de mediação assentada no Estado.

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (GRAMSCI, 2007a, p. 95)

Gramsci amplia e aprofunda o pensamento da tradição marxista sobre o Estado. O Estado, em Marx e Engels (1997), era concebido a partir de suas contradições, como um aparelho de defesa dos interesses das classes dominantes, na primeira metade do século XIX. Já a partir das últimas décadas do mesmo século, ele torna-se mais permeável internalizando os pleitos da classe trabalhadora por meio de eleições parlamentares e assunção de postos na burocracia estatal.

O Estado se estabelecia como um ente classista que na aparência se delineava para atender o interesse geral da sociedade, mas, na prática, na sua essência, se assentava na defesa dos interesses da burguesia. Desta forma, nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci buscou compreender a natureza do Estado capitalista a partir das modificações e complexificações acontecidas no seu tempo, modificada, sobretudo, pelos fenômenos econômicos e políticos.

Portanto, embora o Estado se mantivesse alinhado aos interesses de uma classe e se estabelecesse a partir da manutenção desta, não mais era mero comitê classista, havia incorporado um conjunto de demandas sociais das chamadas classes subalternas. Neste movimento, a violência em conjunto com a coerção não se figurava mais como mecanismos principais de domínio estatal de classe. Somavam-se a estes um conjunto de valores, normas de conduta e de convencimento, novas perspectivas sociais e culturais que Gramsci chamou de hegemonia.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2007a, p. 42)

Há para Gramsci uma vinculação não hierárquica entre estrutura e superestrutura, não que eles se fundissem em uma só, mas se interrelacionam em uma perspectiva dialética. O próprio Estado, sociedade política, não perde seu caráter essencial estrito, o caráter de classe e sua capacidade repressiva e coercitiva, mas é constituído também de outras determinações que vai lhe estruturando em um viés mais complexo e ampliado a partir da reorganização do capitalismo em escala global, que fica mais evidente a partir do último quartel do século XIX, mas, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, não alcançado pela teoria marxiana.

A hegemonia em sua relação com o Estado complexifica-se como domínio ideológico e alinha-se também a partir da construção de visões de mundo, partilhadas com as classes em disputa, que vão se aprofundando na construção de uma identidade burguesa comum em seus valores, convicções religiosas e de mundo que se consolidam em um processo civilizatório, daí a necessidade de uma reforma moral e intelectual da sociedade defendida por Gramsci.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver O essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2007a, p. 48)

A reforma intelectual e moral da sociedade, defendida por Gramsci como caminho para a construção de uma sociedade regulada, tem a perspectiva de desencadear a crise de hegemonia burguesa. Esse contexto é essencial para a compreensão do processo revolucionário no autor, que possui como pressuposto de seu método de análise o desvelamento das contradições da realidade, colocando em relevo os problemas sociais e a incapacidade do sistema capitalista de sua autocorreção, como quer supor a hegemonia. Constitui-se, assim, em um procedimento a ser encaminhado, sobretudo, por uma intelectualidade orgânica. Nesse sentido, nos esclarece.

E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou por que amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2007a, p. 60)

A perspectiva de desconstrução da hegemonia burguesa em Gramsci é o elemento central para a compreensão da sua perspectiva revolucionária e a superação da ordem capitalista. Está colocada a partir do que o autor chamou de crise de hegemonia (GRAMSCI, 2007a), que é a capacidade das classes subalternas, ao desvelar as contradições impostas pela hegemonia burguesa a partir dos seus intelectuais orgânicos, tendo a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade humana em um contexto onde a emancipação dos indivíduos seja um elemento essencial do convívio social.

1.2 O CONCEITO DE HEGEMONIA NO ARCABOUÇO CATEGORIAL GRAMSCIANO

O conceito de Aparelho Privado de Hegemonia aparece uma única vez no *Caderno 13* (GRAMSCI, 2007a). Na ocasião, o autor faz alusão à hegemonia produzida pela sociedade civil, relacionando-a como elemento de sustentação de uma hegemonia burguesa do Estado. Gramsci (2007a, p. 255) afirma “Mais isso significa que por

‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”, o que demonstra que o autor não desenvolve detalhadamente esse conceito.

Quando se analisam as categorias que complementarmente vão sendo elaboradas na perspectiva da compreensão do conceito de hegemonia, encontra-se nos *Cadernos do Cárcere* um esforço de interpretação do processo revolucionário na Rússia, além dos motivos pelos quais um país de capitalismo tardio e secundário no oriente foi capaz de obter sucesso em uma revolução socialista, contrapondo-o ainda aos países ocidentais de capitalismo central com revoluções burguesas originárias, que não criaram as condições objetivas para a revolução proletária. Diante desse desafio interpretativo, o autor formulará algumas análises que compõe dialeticamente o conceito de hegemonia.

Para situar as dimensões que tomam os processos hegemônicos se faz necessário compreender o conceito de Ocidente e Oriente primeiramente, delineados pelo autor. No conceito de Ocidente situam-se os estados nacionais de capitalismo originário mais avançados, com revoluções burguesas clássicas e uma sociedade civil relativamente consolidada em relação ao Estado, e, no de Oriente, os países como a Rússia e a maioria dos países latino americanos e asiáticos onde o Estado se encontrava extremamente fortalecido em relação a sociedade civil. Conforme afirma Gramsci (2007a, p. 262), “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa”.

Gramsci, portanto, estabelece diferenças entre a sociedade oriental e ocidental. A primeira possui uma sociedade civil gelatinosa, aparelhos privados de hegemonia pouco desenvolvidos e frágeis, o que possibilitou a tomada do poder na Rússia por meio da guerra de movimento. No ocidente a existência de uma sociedade civil robusta inviabiliza essa tática e a guerra de posição é a alternativa viável para a possibilidade da tomada de poder do Estado.

O autor conclui que as diferentes estruturas econômicas e sociais, estruturam diferentes estratégias de atuação para um projeto revolucionário. A perspectiva é que o capitalismo avance e complexifique a superestrutura, o que dificulta a disputa hegemônica da sociedade, elemento essencial para o sucesso de uma mudança de relações sociais e de produção. A construção do consentimento e engajamento do operariado é um desafio central que guarda suas estratégias nesse processo de disputa hegemônica. O sucesso da Revolução Russa, portanto, estava assentado na deficiente construção de uma hegemonia burguesa.

Gramsci analisa o papel dos intelectuais orgânicos como um instrumento essencial da construção hegemônica, na qual há a consolidação da classe onde estão inseridos. O intelectual orgânico da classe trabalhadora, munido da filosofia da práxis, tem como função essencial contribuir para a elevação cultural do senso comum distanciando-o de uma visão folclórica, problematizando e complexificando seu entendimento do mundo. Os intelectuais, portanto, exercem função central em uma perspectiva revolucionária,

onde, ao mesmo tempo, devem ser capazes de unir teoria e prática, academia e massa em um processo dialético. Nesse sentido, as próprias instituições da classe trabalhadora, como sindicatos e partidos políticos, podem atuar como intelectuais orgânicos.

O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública - jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007a, p. 265)

Em uma perspectiva de integração do estudo em torno da política e do Estado na compreensão do processo de organização da história, Gramsci formula o conceito de Bloco Histórico como categoria fundamental para compreensão da hegemonia. Buscou esboçar a relação entre estrutura e superestrutura imbricando um conjunto de valores, cultura, modelos econômicos, relações de produção que vão materializando a realidade em um determinado momento histórico.

O Bloco Histórico se consolida como uma aliança de classes que, a partir da hegemonia de uma classe, que Gramsci chama de fundamental, cuja função é conservar, na perspectiva da burguesia, ou revolucionar, na perspectiva das classes subalternas, a estrutura econômico-social. Digladiam-se, portanto, em uma disputa de hegemonia, classes sociais antagônicas, que lideram um conjunto de classes articuladas em blocos históricos distintos, a direção da sociedade em processos políticos e culturais. Nesse sentido, nos apresenta Gramsci (2007a, p. 26) o “conceito de bloco histórico”, isto é, “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Ainda para Gramsci (1999, p. 238),

A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.

A hegemonia consolida uma lógica de organização e atuação burguesa, onde as classes se relacionam, conformando ao máximo possível a negação da luta de classes no sistema capitalista. Ademais, enquanto capacidade de direção política e cultural que interage com as estruturas jurídicas e ideológicas no fortalecimento da superestrutura, a hegemonia consolida um forma de pensar e agir das classes dominantes no mundo

que é incorporada pelas classes sociais subalternas em um dado momento histórico, nas modernas sociedades capitalistas e que se estabelecem como uma representação democrática.

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida de que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (GRAMSCI, 2007a, 287).

O conceito de transformismo busca designar o processo de acatamento e desmobilização de classes sociais subalternas ao controle exercido pelo Bloco Histórico dominante, referenciando a hegemonia como elemento essencial de compreensão dessa subordinação. Para Gramsci (2001, p. 95), “O transformismo ‘clássico’ foi o fenômeno pelo qual se unificaram os partidos do Risorgimento; este transformismo traz à luz o contraste entre civilização, ideologia, etc., e a força de classe”.

É fundamental para a compreensão da disputa hegemônica o que Gramsci elaborou conceitualmente como guerra de movimento e de posição. Nesse sentido, a Guerra de Movimento, elemento fundamental para o sucesso da Revolução Russa, pressupunha a tomada do poder político do Estado e, a partir dessa ação, avançar em uma nova construção hegemônica a partir dele, incorporando novos valores em uma revolução moral e intelectual na Sociedade Civil. Enquanto na Guerra de Posição, a hegemonia política deve ser conquistada pelas classes subalternas antes da tomada do poder, pressupunha a disputa político-ideológica e hegemonia da Sociedade Civil, consolidando-se consensualmente nas classes subalternas, para, a partir daí, realizar a conquista da Sociedade Política.

Por que na política a ‘guerra de posição’ uma vez vencida, é definitivamente decisiva. Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não-decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, essas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo. Na política o assédio é recíproco, apesar de todas as aparências, o simples fato de que o dominante deva ostentar todos os seus recursos demonstra o cálculo que ele faz do adversário. (GRAMSCI, 2007a, p. 255)

O conceito de hegemonia em Gramsci é complexo e pode ser usado em diversos contextos com significações nem sempre legitimadas claramente pela leitura dos *Cadernos do Cárcere*. As categorias que complementam esse conceito são essenciais para se compreender a dimensão do seu significado. Por isso se faz necessário, em complemento

ao conceito de hegemonia, estabelecer também como está posto em sua obra a superação da sociedade capitalista em uma perspectiva de uma nova sociabilidade possível.

1.3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA: POSSIBILIDADES DE UMA NOVA SOCIABILIDADE HUMANA

São inegáveis as contribuições de Gramsci para a construção de um pensamento revolucionário na tradição marxista. Guarda relevância suas categorias analíticas e metodológicas para a compreensão do sistema capitalista bem como a sua superação. As formulações em torno de uma sociedade regulada tomam um caráter de método que auxilia partidos, organizações da sociedade civil, intelectuais e sindicatos que trabalham em uma perspectiva de superação do sistema, a se situarem no tema.

Nesse sentido, Gramsci formula o conceito de hegemonia no sistema capitalista para compreender os processos de legitimação, domínio e lógica do capital. Os objetivos fundantes dos seus *Cadernos do Cárcere* estão em elaborar uma nova perspectiva de sociabilidade humana fora dos termos estabelecidos pelo sistema capitalista. **É aí que se encontra a perspectiva de compreensão das possibilidades de superação da hegemonia burguesa, fundada em uma sociedade do esclarecimento, em uma dinâmica socialista, ou como ele se expressou, regulada.**

Numa doutrina do Estado que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil). As expressões Estado ético ou sociedade civil significam que esta ‘imagem’ de Estado sem Estado estava presente nos maiores cientistas da política e do direito, na medida em que se situavam no terreno da pura ciência (= pura utopia na medida em que todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa externa a consciência). (GRAMSCI, 2007a, p. 245)

Para Gramsci, o desvelar das teias estabelecidas pela lógica hegemônica burguesa é fator imprescindível de uma proposta revolucionária a partir da disputa na sociedade civil, pois o Estado é o elemento essencial para consolidar processos hegemônicos, que se realiza sistematicamente nos complexos processos de produção e reprodução da vida material dos indivíduos, na cultura, na religiosidade, nas dinâmicas multifacetadas da sua sociabilidade, onde a educação tem papel fundamental, que se baseia, sobretudo, no conformismo social, compreendido como uma adesão ao sistema parametrizado pela escola.

Nesse sentido, a escola tem como finalidade promover as acomodações sociais, que podem se dar por diversos processos, inclusive por meio de estratégias de fragmentação do currículo, dualismo entre formação profissional e formação geral, fortalecimento da escola como mecanismo de consolidação da economia e da vida produtiva, constituindo-se como elemento de sustentação ideológica do sistema capitalista.

Um ponto importante, no estudo da organização prática da escola unitária, é o que diz respeito ao currículo escolar em seus vários níveis, de acordo com a idade e com o desenvolvimento intelectual-moral dos alunos e com os fins que a própria escola pretende alcançar. A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, 'humanismo', em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (GRAMSCI, 2001, p. 36)

Para Gramsci não há possibilidades de uma educação libertadora e emancipadora no sistema capitalista. A educação é mecanismo de conformismo social e tem um projeto intencional de formação para a construção da hegemonia burguesa. A construção do que o autor chamou de Escola Unitária (GRAMSCI, 2007) se estabelece como elemento de resistência ao processo de construção hegemônica na educação por parte do Estado. Ou seja, não existem espontaneidades possíveis na sociedade civil, há um confronto entre uma educação funcional, parcial e dominadora e outra integral e de função emancipadora.

Nesse sentido, a conquista do Estado é para Gramsci o momento onde a disputa e, portanto, a conquista da sociedade política pelo conjunto dos subalternos consolida a predominância dos interesses dessas classes com uma hegemonia ativa em princípio. A partir desse momento, as ações se encaminhariam para fortalecer a sociedade civil e reduzir o tamanho e o alcance da sociedade política, mantendo-se a lógica do Estado Integral⁸ na busca de uma emancipação humana plena.

Sem desconsiderar outras mediações possíveis nos complexos mecanismos de construção hegemônica, o papel da educação não pode ser menosprezado, dando a importância devida à escola unitária para a construção de uma hegemonia socialista. Fazendo-se necessário uma educação que dê conta de formar os intelectuais para essa

⁸ Para Gramsci (1999), o Estado integral seria a composição da sociedade política e sociedade civil em uma relação dialética em que com o avanço do processo revolucionário levaria a primeira a se dissolver gradativamente na última constituindo-se, assim, a sociedade regulada. Apresenta o termo uma única vez nos *Cadernos do Cárcere*: "Mas estes intelectuais não têm nem a organização eclesíástica nem coisa alguma que a ela se assemelhe, e nisto a crise moderna é agravada em comparação com a crise medieval, que se desenrolou por muitos séculos até a Revolução Francesa, quando o grupo social que após o século XI foi a força motriz econômica da Europa pôde apresentar-se como 'Estado' integral, com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa e perfeita." (GRAMSCI, 1999, p. 436)

tarefa, qual seja, de superar o Estado por uma sociedade regulada. A sociedade comunista se constrói a partir da organização mediada da formação humana plena e emancipada, com uma escola que eleve a condição moral e intelectual dos subalternos consolidando uma nova sociabilidade humana.

A hegemonia, portanto, é um momento histórico formado a partir da divisão social do trabalho, constituído entre classe possuidora e classe despossuída (os subalternos), de dirigentes e dirigidos, que deixará de existir enquanto momento contraditório após a superação do Estado burguês em um processo revolucionário.

A hegemonia não será mais objeto de disputa, porque não haverá mais dominação de uma classe sobre outra. Portanto, uma vez uma vez que a emancipação humana pretendida será consolidada, ou seja, haverá uma nova ética e uma renovação moral onde os antagonismos de classes e os processos ideológicos constituídos serão superados em uma perspectiva comunista dessa nova sociabilidade humana.

Nesse sentido, a compreensão da superação da pré-história humana como nos posiciona a tradição marxista, ou seja, o período de divisão de classes e exploração do homem pelo homem, será subsumida em uma sociedade regulada sem conteúdo de classes, superando assim as intempéries da propriedade privada, onde as regras e os ordenamentos serão estabelecidos a partir de um consenso social distinto, com participação e solidariedade, em uma sociedade dos produtores associados, ou seja, não livres simplesmente de regulação social, mas esta sendo estabelecida a partir da vontade do conjunto da sociedade.

Os utopistas, na medida em que exprimiam uma crítica da sociedade existente em seu tempo, emprendiam muito bem que o Estado-classe não podia ser a sociedade regulada, tanto é verdade que nos tipos de sociedade pensados pelas diversas utopias introduz-se a igualdade econômica como base necessária da reforma projetada: nisto os utopistas não eram utopistas mas cientistas concretos da política e críticos coerentes. (GRAMSCI, 2007a p. 224)

A sociedade regulada pode ser compreendida como um Estado Socialista que inicialmente aprofunda o fortalecimento da sociedade civil, estabelecendo instâncias de decisão populares que podem ser compreendidas como autogoverno, buscando dirimir sistematicamente os antagonismos sociais.

Preservam-se ainda algumas semelhanças com a democracia burguesa e suas contradições, estruturando uma governança proletária com seus próprios mecanismos de estruturação do poder coletivos consolidando-se na busca por igualdade plena, o que não significa livre de conflitos, que é inerente ao convívio humano, ainda mais em um processo de superação de um sistema que se constituiu como hegemônico.

A construção do Estado regulado exige a compreensão do que seja a superação de uma lógica burguesa para uma ação proletária. Resignificar todos os processos da vida em sociedade é a tarefa de uma revolução. Ou seja, a constituição de um novo momento fundante de relações sociais interagindo relações econômicas, sociais, políticas e culturais em uma nova sociabilidade, onde a superação de todos os resquícios da divisão de classes será a tarefa fundamental da sociedade socialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de hegemonia possui um percurso na trajetória dos *Cadernos do Cárcere* que o remete a uma categoria polissêmica e complexa nos escritos de Gramsci. Notadamente no *Caderno 13* (Volume 03) é que se encontra a profundidade dessa categoria, figurando-a como essencial para a compreensão da dominação burguesa e de construção de uma práxis revolucionária.

Nesse sentido, surge e se consolida em Gramsci o conceito de hegemonia que é levado para sua proposta de educação da escola unitária. Esta seria a instituição e o modelo de educação que garante o percurso intelectual necessário de formação em busca da emancipação humana. Apresenta-se então como instrumento de luta por um novo projeto societário e mecanismo de superação da hegemonia burguesa. Ou seja, uma escola que forme criticamente intelectuais orgânicos a serviço de um projeto emancipatório.

A educação em Gramsci a partir da escola unitária deve ser compreendida como um instrumento capaz de contribuir para a desconstrução da hegemonia burguesa, levantando possibilidades de compreensão da realidade a partir de uma relação dialética entre teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, entre mente e corpo em uma perspectiva emancipadora.

Outro aspecto a ser levado em conta na construção hegemônica é o que Gramsci nomeou como bloco histórico, elemento de integração de classes a partir de uma hegemonia burguesa que precisa ser desconstruída dentro de uma perspectiva de formação de um novo Bloco, a partir dos subalternos e a serviço da construção de uma nova sociabilidade humana, constituindo-se no momento de efetivação de uma sociedade regulada.

Nesse sentido, a democracia para Gramsci é elemento essencial de uma sociedade regulada, consolidando o poder popular em uma perspectiva de desconstrução permanente da hegemonia burguesa. Percebe-se nos *Cadernos do Cárcere* que o autor não perdeu de vista que era pouco provável que houvesse a construção de uma nova sociabilidade demovida de conflitos, mas seria possível, sem a existência de contradições de classe, com diálogo e participação social como elementos fundamentais, realizara construção de uma emancipação humana plena.

Uma elaboração para o conceito de hegemonia construída ao longo dos *Cadernos do Cárcere* (sobretudo no 13) o define, prioritariamente no campo superestrutural exercido a partir de uma gradação de funções de direção a ponto de descer até aos grupos sociais subalternos como direção e coerção. Enfim, se estabelece nesse processo a importância dos intelectuais como ponto de inflexão desse conceito, há uma necessidade tácita de instrumentalização do sistema capitalista que necessita de sujeitos capazes de sua operacionalização formal, seja pelo convencimento ou pela hierarquização social para o desenvolvimento das forças capitalistas.

Buscou-se a partir dessas análises demonstrar a importância do conceito de hegemonia como um elemento central dentro do complexo teórico gramsciano para a construção de uma outra hegemonia capaz de realizar a superação da sociedade burguesa capitalista. Essa compreensão permite acessar outras categorias desse autor, que se destaca como um dos mais importantes pensadores marxistas do século XX dentro do campo materialista histórico-dialético.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. C. The hegemony concept in Gramsci: possibilities of understanding from education. *ORG & DEMO* (Marília), v. 21, n. 2, p. 159-174, Jul./Dez., 2020.

Abstract: This article aims to present how the thinker Antonio Gramsci develops the concept of hegemony throughout his main works, published in Brazil with the titles of *Prison Notebooks*, *Prison Letters and Political Writings*. An understanding of the concept is elaborated seeking out to synthesize how the author develops this category in its historical intentionality.

Keywords: hegemony, Gramsci, state, education.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar cómo el pensador Antonio Gramsci desarrolla el concepto de hegemonía a lo largo de sus principales obras, publicadas en Brasil bajo el título de *Cadernos do Cárcere*, *Cartas do Cárcere y Escritos Políticos*. El concepto se analiza buscando sintetizar cómo el autor desarrolla esta categoría en su intencionalidad histórica.

Palabras claves: hegemonía, Gramsci, estado, educación.

REFERÊNCIAS

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere:** introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1
- _____. **Cadernos do cárcere:** os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2
- _____. **Cadernos do cárcere:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 a. v. 3

_____. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 b. v.4

_____. **Cadernos do cárcere**: II Risorgimento italiano. Para uma história das classes subalternas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 a. v.5

_____. **Cadernos do cárcere**: literatura, folclore, gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 b. v.6

_____. **Cartas do cárcere**: 1926 – 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.1

_____. **Escritos Políticos**: 1926–1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1

LIGOURI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 2. ed. Lisboa : Avante, 1997.

Submetido em: 30/01/2020

Aceito em: 06/08/2020